Codificações e tecnologias de mídia: os sentidos e as máquinas

Encodings and media technologies: The senses and machines

Mario Alberto Pires de Arruda¹
marioarruds@gmail.com

Alexandre Rocha da Silva¹
arsrocha@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é uma reflexão teórico sobre a relação dos códigos comunicacionais (Eco, 2014) com as semióticas assignificantes (Deleuze e Guattari, 2011a), que não estão espalhadas em diferentes estratos, inclusive nas tecnologias de mídias. Para tratar tal interseção, trazemos as teorias de Marshal McLuhan (2007) sobre os ambientes produzidos pelos meios de comunicação e as teorias de Vilém Flusser (2008) sobre os aparelhos técnicos, que programam nossa existência e nossas possibilidades comunicativas. Dado esse arcabouço teórico, a reflexão se preocupa em evidenciar como os modos comunicativos estão em constante transformação agenciada tanto por seus diferentes usos quanto pela produção de tecnologias de mídias. Para esclarecer tal ponto, explicitamos mecanismos de transformação de códigos discutidos em uma dimensão teórica.

Palavras-chave: semiótica crítica, tecnologia, código, máquina.

Introdução

As condições comunicativas específicas de cada época têm sido analisadas sob múltiplos vieses ao longo da história, ora pensadas a partir das condições textuais e dos modelos linguísticos pela escola estruturalista ora

ABSTRACT

This paper is a theoretical reflection about the relationship between the communicational codes (Eco, 2014) and the assigning semiotics (Deleuze and Guattari, 2011a), which are not spread in different strata, including in media technologies. In order to address such an intersection, we present Marshal McLuhan's (2007) theories, about the environments produced by the media, and Vilém Flusser's (2008) theories about technical devices, which program our existence and our communicative possibilities. Given this theoretical framework, our reflection is concerned with highlighting how communicative modes are constantly being transformed by different uses and the production of media technologies. To clarify this point, we explain mechanisms for transforming codes discussed in a theoretical dimension.

Keywords: critical semiotics, technology, code, machine.

analisadas sob a ótica ambientalista dos meios de comunicação, por pensadores como Marshall McLuhan (2007), por exemplo. Ambas as perspectivas têm sua fundamentação no conceito de código (Eco, 2014), responsável pelas ligações entre significados e significantes que, por sua vez, produzem os signos que viabilizam a comunicação.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Campus Saúde, Rua Ramiro Barcelos, 2705, 90035-007, Porto Alegre, RS, Brasil.

A transformação dos códigos é parte de um agenciamento complexo de mudanças nas convenções comunicacionais da cultura a partir de máquinas abstratas (Deleuze e Guattari, 2011a) que operam diretamente sobre territórios de significação em constante processo de diferenciação.

Este artigo preocupa-se em deixar claro que as codificações não são apenas um problema linguístico, tampouco problema exclusivamente humano, mas são agenciadas por encontros entre elementos de diferentes estratos, sendo constituídas por semióticas de diversas ordens, incluindo as assignificantes (Deleuze e Guattari, 2011a). As redes de comunicação são estruturadas pela relação entre aparelhos (Flusser, 2008), que programam nossa existência e nos transformam em funcionários de uma comunicação cujo fazer ético-estético permanece em disputa, em uma disputa cujos avanços e retrocessos só podem ser avaliados nas práticas de uma comunicação em tempo presente.

A partir da constituição teórica conduzida pela semiótica do que vem a ser o código, bem como a partir dos modos de sua transformação diante das máquinas comunicativas e sociais que se estruturam através de aparelhos, buscaremos evidenciar um conjunto de relações a fim de esclarecer os modos de codificação em sua relação maquínica. Ou seja, pensaremos o processo gerativo das lógicas comunicativas como um rizoma complexo que faz de nossa existência o resultado dos agenciamentos que constituem a condição pós-humana (Haraway, 2009) da comunicação.

Código – um sistema modelizante

Em sua tradição, a semiótica estuda os processos culturais como processos de comunicação, os quais se tornam possíveis porque sob eles se estabelece um sistema de significação. Isso quer dizer que a codificação é condição necessária para a constituição de sentido. Mas é importante notar que essa sistematização não se dá *a priori*, mas é a relação de signos que dá a ver os modos de sistematização. Paradoxalmente, é a relação dos signos entre si que agencia o sistema de significação, e são os sistemas de significação que viabilizam a comunicação.

Um código é um “sistema de significação que une entidades presentes a entidades ausentes” (Eco, 2014, p. 6). Sempre que algo que pode ser percebido por algum interpretante está para qualquer outra coisa, verifica-se a significação devido à existência de um código. É o código que valida a relação entre significantes e entidades

ausentes, os significados. Percebemos que mesmo que o código seja assim estabelecido, todo um conjunto de relações por vir só pode ter validação significacional se transmutarem o código, que não se transforma facilmente devido a todo um jogo de forças materializadas em corpos e estruturas significantes.

Por hora, isso destaca o caráter artificial da comunicação, próprio dos eventos culturais. A cultura é uma estrutura que se organiza de modo a tratar a natureza como um sistema isolado ou que sempre tende ao equilíbrio, negligenciando sua constante diferenciação dada por encontros assignificantes ou fluxos entrópicos. Diante da questão que estamos discutindo, o problema dessa dicotomia manifesta-se ao constatarmos que a existência de um código cultural imutável só pode ser validado caso as diferenciações dos corpos do mundo fossem ignoradas e escanteadas.

Por isso, a constituição dos códigos precisa ser entendida não em sua fixidez, mas em sua dimensão maquínica, dando a ver que ele expressa um ritmo que oscila entre desorganizações parciais e organizações temporárias. Mais especificamente isso quer dizer que a comunicação é capacitada pela produção de informação, que de modo geral dá forma à matéria do mundo, segundo Vilém Flusser (2013). A produção de informação pode ser vista nessa perspectiva como a produção de novas relações de maneira a extrapolar os limites de sentido estabelecidos anteriormente pelos códigos, que mantinham corpos do mundo fora das zonas de significação. Sendo assim, podemos entender que os códigos mediam a comunicação, dando significado ao mundo ao se materializarem paradoxalmente como o efeito fundante do armazenamento e processamento de informações.

A arbitrariedade e a produção de informação são o que revelam o caráter artificial da comunicação, que se baseia “em artifícios, descobertas, ferramentas e instrumentos, a saber, em símbolos organizados em códigos” (Flusser, 2013, p. 89). Nunca tocamos um código, o pegamos na mão, o usamos em nossa boca. É através de artifícios materializados em aparelhos técnicos que aprendemos os códigos e é por isso que na maior parte do tempo eles não são conscientes. Tendemos a esquecer a existência dos códigos para que nos concentremos no conteúdo das mensagens veiculadas pelos aparelhos técnicos. Entretanto, é quando nos voltamos para a análise dos códigos que podemos perceber como eles atuam nos resultados das mensagens e, mais do que isso, nas estruturas do mundo e seus hábitos. Tendo isso em vista, Flusser em seu livro *O mundo codificado*

(2013) faz uma retrospectiva de diferentes momentos da humanidade em que foram inaugurados diferentes códigos para explicar como isso abalou profundamente os paradigmas que orientaram as formas de pensar nas sociedades. Com o intuito de vermos a interseção entre código e tecnologia, utilizaremos da genealogia flusseriana dos meios de comunicação.

Uma breve genealogia da relação dos códigos culturais e as tecnologias

Nas sociedades da pré-escrita, as relações humanas eram estruturadas de forma tribal, sendo orientadas sob a égide de um olhar constituído a partir da natureza e seus fluxos. As marés, as chuvas, as cheias e secas de rios, o dia e a noite, as estações do ano eram os objetos perceptivos do ser humano. Os ciclos naturais geravam a ideia de eterno retorno, ou seja, a repetição imutável das lógicas percebidas, que eram codificados pelas sociedades pré-históricas através de imagens. O olho que esquadriinha pinturas rupestres, por exemplo, pode percorrê-las de trás para frente, circularmente, transversalmente. A reversibilidade das relações que prevalece na imagem é característica da circularidade natural que torna tão verdadeiro dizer que a noite segue o dia tanto quanto o dia segue a noite. “Nesse tipo de mundo circular o tempo ordena todas as coisas, *designa a elas o seu exato lugar*, e, se uma coisa está deslocada do seu lugar, será realocada pelo próprio tempo” (Flusser, 2013, p. 141, grifo do autor). Assim, as imagens pré-históricas são da ordem dos mitos, correspondendo aos fluxos naturais e se erigindo sobre a tribo como uma voz única e inquestionável. Isso dá a ver que o código cultural agenciava e era agenciado tanto pelos limites comunicativos da época como atuava na disposição de corpos. A sociedade mítica da época era estruturada a partir das lógicas percebidas na natureza e reproduzida nas imagens.

Quando a humanidade criou a escrita, um novo mundo de relações tornou-se possível, já que o texto é constituído pela linearidade unívoca capaz de decifrar as imagens. No entanto, ao traduzir uma imagem em linha, o que ocorre é a produção da causalidade e da flecha do tempo. Assim inicia-se a história e a possibilidade de se diferenciar o passar do tempo. O agenciamento dado pela escrita faz com que o ser humano torne-se responsável por seus atos e seja capaz de interpretar os acontecimentos do mundo. A noção de indivíduo decorre daí: o ser humano

passa a ser uma mente individual capaz de perceber o mundo, já que a escrita é um “código que permite denotar os códigos imagéticos e assim clarear o ponto de vista da imaginação” (Flusser, 2013, p. 167). Se as imagens são códigos conotativos (oferecem a possibilidade de interpretações contraditórias), os textos inauguraram a possibilidade da denotação, que mais se aproximava do objetivo de orientar o leitor para um sentido único ao final do texto, quando se sincroniza a diacronia textual. O modo de disposição dos corpos e os seus significados, dá a ver que o código passou a se desenvolver mais fortemente como uma estrutura de hierarquização pautada pela estruturação da linguagem textual e não mais pela semiótica ecológica.

Isso ainda se intensificou diante da produção da imprensa, que popularizou o texto. Diante disso, Flusser (2009) propõe que o texto tenha vencido o pensamento mágico-imagético das imagens ao mesmo tempo em que popularizou um pensamento conceitual popularesco ou barato, como o autor o chama. Assim, a resposta da arte veio com a construção dos museus, ao passo que a resposta da ciência veio com a produção de textos herméticos, incessíveis ao pensamento popularesco. Isso provocou a separação da cultura em pontos que pareciam não mais ter contato entre si. Do ponto de vista semiótico, isso dá a ver que o código textual quando de sua criação não é o mesmo quando de sua popularização pela imprensa. O uso e a transformação que ele opera nos corpos opera também na linguagem. O caráter maquínico aqui se torna evidente ao percebermos que a criação de uma tecnologia que materializa um novo tipo de código não é o bastante para agenciar transformações nos outros códigos, mas é no seu uso social, na sua propagação no seio da sociedade que reside a sua potência de transformação, que se dá como uma onda que vai se transformando ao se encontrar com outros códigos, tecnologias, artificios.

Mas é com a inserção do código numérico na escrita que ocorre uma transformação que dá a ver a constituição das imagens técnicas que povoam nosso mundo contemporâneo. O número opera uma diferenciação na linearidade da escrita, já que, segundo Flusser (2013), a utilização do código alfanumérico dá a ver um gesto de escolha de intenção analítica. De um grande grupo, o código alfanumérico só pode escolher (separar, desagregar) aquilo que tem características específicas e bem delimitadas. Isso se intensifica quando ocorre a introdução da era digital, período em que o “código numérico evadiu-se do código alfabético, e com isso pôde livrar-se da obrigação de linearidade e passar dos números para as informações

digitais” (Flusser, 2013, p. 170). É a partir desse ponto que se criam as tecnologias como a fotografia, o cinema e o vídeo. Essas tecnologias produzem imagens através de aparelhos que, por sua vez, são produtos de textos científicos aplicados. Flusser (2013) chama de imagem técnica a reunião dos pontos que a abstração e a ciência haviam separado quando da popularização do texto. No entanto, essa reunião não se dá senão através do produto da abstração proporcionada pela ciência, ou seja, o conteúdo da imagem técnica são os programas científicos que tornaram possível sua existência. Resumidamente, “as imagens técnicas imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo” (Flusser, 2009, p. 13). E se as imagens tradicionais ritualizavam os fluxos circulares da natureza, as imagens técnicas ritualizam os programas que escolhem o que devem ser representados em forma de imagem. A imagem técnica é, então, resultado dos processos de escolha de intenção analítica orientados pela inserção do código alfanumérico.

Flusser (2013) ainda se refere à imagem técnica como metacódigo de textos, ou seja, como a tradução de textos em imagens. É isso que confere à sociedade a emancipação de pensar conceitualmente, mas faz isso com o alto preço de programá-la, invisivelmente falseando o conhecimento científico, substituindo as imagens tradicionais e a magia mítica por uma mágica que não reunifica a cultura, mas funde a sociedade na zerodimensionalidade. Isso dá a ver que as imagens técnicas inserem uma lógica de organização de presença e ausência que transmuta os códigos culturais a partir da contabilização arbitrária dos signos do mundo através da produção de categorias propostas pelos textos científicos. Para o aparelho produtor de imagens técnicas, funcionar significa permutar símbolos programados. Aqueles que estão fora de sua programação simplesmente não existem no mundo por sua invisibilidade perante os textos científicos; logo, não comunicam. Isso quer dizer que a memória do mundo hoje perpassa também pelas possibilidades de captação dos aparelhos produtores de imagens técnicas.

Semioticamente, isso quer dizer que os aparelhos técnicos materializam e tornam rígidas as possibilidades de transformação dos códigos culturais. O jogo de forças da significação, que abraça alguns corpos como componentes de sentido e nega tal faculdade a outros, tem na tecnologia um dos seus braços mais fortes. O fato de as tecnologias estarem circunscritas às lógicas de produção capitalista faz com que os códigos culturais hoje sejam orientados muito em função do capital. Logo, estamos sendo programados pelos aparelhos a permutar os signos

que estão neles contidos – e esses signos fazem parte de um grande jogo que constitui o capitalismo em seu domínio simbólico mundial.

Do código ao ambiente

Se Flusser (2009) propõe que a materialização do conhecimento científico em aparelhos opera programações sociais, Marshall McLuhan (2007) desenvolve seu pensamento em uma via semelhante, evidenciando que o conjunto de transformações nos modos de relação instaurado pelas tecnologias é o que configura a mensagem dos meios de comunicação.

“A *mensagem* de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas” (McLuhan, 2007, p. 22, grifo do autor), ou seja, o que o meio comunica é a transformação de todas as lógicas da sociedade estruturada a partir de um meio de comunicação mais antigo. Mudam os padrões, as escalas, as velocidades e os modos de organização. “Consequências sociais e pessoais de qualquer meio [...] constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma tecnologia ou extensão de nós mesmos” (McLuhan, 2007, p. 21).

“O *conteúdo* de qualquer meio ou veículo é sempre outro meio ou veículo” (McLuhan, 2007, p. 22), o que quer dizer que há uma lógica de tradução na criação de novos meios de comunicação. A tradução evidencia as lógicas passadas, substituindo o entorpecimento que nos cega aos códigos de um meio pela cegueira em relação ao novo código do novo meio. Esse processo é inevitavelmente uma transformação do meio mais antigo a partir das lógicas do novo meio, ou seja, a tradução não é outra coisa do que a passagem das potencialidades de um meio através de um outro, tornando o primeiro mais especializado. No que toca aos códigos, a chegada de um novo meio parece englobar as lógicas precedentes para com elas constituir seus próprios códigos ora repetindo ora se diferenciando dos precedentes. Sendo assim, “o motor da história dos meios é a transformação de energias, a transmutação de códigos culturais a partir dos quais a tecnologia passa a ser entendida como explicitação” (Machado, 2009, p. 151).

Portanto, o que vai nos interessar nos meios de comunicação são as mudanças psicossociais que eles instauram, quando eles agenciam novos “ambientes” (McLuhan, 2007). O resultado de todas as mudanças que geram novas regulações e propriedades estruturais na comunicação e na vida em sociedade é o agenciamento causado pela estruturação de um novo ambiente. Para

McLuhan, é a tecnologia que “centraliza o código e o processo de tradução que lhe é inerente” (Machado, 2009, p. 151), é a tecnologia que agencia os ambientes, que podem ser definidos como redes de regras que orientam a percepção de uma sociedade.

Isso quer dizer que “os efeitos da tecnologia não ocorrem aos níveis das opiniões e dos conceitos, eles se manifestam nas relações entre os sentidos e nas estruturas da percepção, num passo firme e sem qualquer resistência” (McLuhan, 2007, p. 34). Os meios de comunicação nos pegam facilmente porque seus códigos se mantêm invisíveis ao nosso olhar, tal qual os códigos culturais, nos mostrando apenas os conteúdos que veiculam. A internet, por exemplo, é mesmo um meio invisível em que geralmente olhamos seus vídeos, textos, imagens, esquecendo-nos das plataformas que constituem sua estrutura organizacional que nos impõem um conjunto de práticas de interação.

Com isso, evidencia-se a condição pós-humana das codificações. Os códigos não são resultantes apenas da práxis comunicativa entre seres humanos, mas entre as mais diversas máquinas que tenham um sistema de funcionamento complexo e organizado. Uma definição mais ampla do conceito de código pode nos esclarecer a abrangência de seu uso: “o que se obtém introduzindo um código? Limitam-se as possibilidades de combinação entre os elementos em jogo e o número dos elementos que constituem o repertório” (Eco, 2007, p. 15). O código é, portanto, uma espécie de organização que mantém a estrutura em funcionamento. Falamos, portanto, que o código influencia nossas vidas tanto quanto nós influenciarmos seu funcionamento e transformação. O próprio código é uma máquina que nos programa e nos orienta as visibilidades. A emergência de um novo código, pois, não ocorre de forma transcendente, mas imanente ao rearranjo de toda a estrutura na qual os elementos do antigo repertório movem-se, produzindo um novo sistema de significação.

Sendo assim, é ainda importante ressaltar que o processo de codificação só se realiza em seus efeitos. É somente quando podemos observar toda uma diferenciação nos modos de relação entre corpos e signos de um território que percebemos a existência de um código regulatório da estrutura. A estrutura não é um centro: é o jogo combinatório que define a estrutura, ou seja, o que define a estrutura é o conjunto de forças instaurado pelo código.

Esse percurso aponta para um panorama que evidencia que tanto regulações como transformações nos códigos culturais se dão através de modulações sociais instauradas pela mecanosfera². É assim que evidenciamos a transmutabilidade das codificações. Não há nem cristalizações eternas e nem estratificações completamente duras no que toca aos códigos semióticos de uma dada cultura. O código se estrutura justamente por um constante movimento de suas relações internas quando em contato com outras estruturas diversas, sendo elas corporificadas em tecnologias, em estratos sociais, em obras estéticas, em hábitos. A relação e o encontro são acontecimentos que podem ser entendidos como da ordem da afecção gerativa de diferença nos regimes de signos e de corpos. Disso emerge o caráter maquínico das codificações. Para que isso se torne mais evidente, faremos uma digressão nos modos de diferenciação dos códigos a partir de um viés semiótico pós-estruturalista, para, enfim, evidenciarmos um possível conjunto de forças a agenciar cada código cultural.

Especificação de códigos

Os códigos são tanto instituintes quanto instituídos pelos movimentos de sentido que constituem as práxis sociais cotidianas. É através do movimento constante de relação de signos que se estabelece a produção de sentido. Falamos então de uma semiose ilimitada, já que a linguagem é “*um sistema que se esclarece por si mesmo, através de sucessivos sistemas de convenções que se explicam reciprocamente*” (Eco, 2007, p. 26, grifo do autor). Isso dá a ver o caráter triádico do signo elaborado por Charles Sanders Peirce (Eco, 2007, p. 25), em cuja base se encontra o representâmen colocado em relação com o objeto que representa. No vértice do triângulo encontra-se o interpretante, que é “aquilo que garante a validade do signo mesmo na ausência do intérprete” (Eco, 2007, p. 25). O interpretante pode ser visto, pois, como uma outra representação do mesmo objeto, que constitui o significado do primeiro. O signo triangular peirceano, portanto, evidencia já em sua forma que a constituição do significado de cada signo só pode se dar em sua relação com outros signos. Levada à radicalidade essa ideia, ela nos leva a crer que o mundo só se apresenta

² Mecanosfera é um conceito presente na obra de Deleuze e Guattari (2011a) que visa definir o conjunto rizomático de máquinas tecnológicas e sociais que dão a ver que as estratificações globais são resultantes da imanência das relações existentes.

em forma de signo, ou melhor, se temos condição de perceber algo no mundo é porque ele está estruturado como signo.

Já quando transpomos tal constatação para a problemática do código, percebemos que ele se insere nessa lógica como a força que aproxima os componentes do signo, esclarecendo as mensagens que não tinham condição de ser percebidas anteriormente. A atualização dos códigos, portanto, é da ordem da “plus-codificação” (Eco, 2014, p. 117), que é a mobilidade do espaço semântico pela impossibilidade de interpretação de novas mensagens mediante os códigos existentes. Diante disso, o que ocorre são ramificações criativas a partir de novos conjuntos de regras.

A plus-codificação assume duas principais especificidades: a hipocodificação e a hipercodificação. Podemos identificar processos de hipocodificação quando “porções macroscópicas de certos textos são provisoriamente admitidas como unidades pertinentes de um código em formação” (Eco, 2014, p. 123), ou melhor: “a hipocodificação procede de códigos inexistentes (ou ignorados) a códigos potenciais e genéricos” (Eco, 2014, p. 123). Para tornar clara a relação, podemos entender da seguinte forma: ao ouvir diversas melodias, de compositores heterogêneos de uma cultura distinta da nossa, procuramos por semelhanças genéricas que nos permitirão agrupá-las em torno de um gênero musical comum.

Já o processo de hipercodificação “é uma atividade inovadora que pouco a pouco perde o seu poder provocativo, produzindo a aceitação social” (Eco, 2014, p. 122). As entidades hipercodificadas flutuam assim entre a convenção e a inovação, mas de maneira geral procedem “de códigos existentes a subcódigos mais analíticos” (Eco, 2014, p. 123). Pensamos resumidamente que diante de um conjunto de regras sociais estabelecidas em torno de um conjunto de corpos existentes em um sistema, ao se adicionar uma função social distinta das previstas, necessita-se de um subcódigo que reja sua conduta em relação ao código geral. De certa forma, a hipercodificação é a ação que permite que o código anterior não desmorone por completo mediante a inserção de uma diferença. Em relação à estrutura da tecnologia de computadores em rede, por exemplo, as bolhas algorítmicas tendem a ter sua estrutura preservada quanto mais se especificam seus códigos em torno dos fluxos de dados instaurados pelos algoritmos de relevância.

Diante disso, parece que os processos de hipocodificação e hipercodificação são resultantes da inserção de novos corpos ou funções em um sistema. São transfor-

mações do código devido aos encontros improváveis. No entanto, não se pode colocar a primazia da matéria sobre o processo de transformação do código – o encontro só pode acontecer se o espaço agenciar essa possibilidade. Os corpos não aparecem transcendentalmente em um sistema que não é seu lugar de origem, mas são atraídos ou repelidos pelas transformações nos sistemas de regras que regem suas relações. A comunicação é problema de espaço, imanente.

Uma comunicação que objetiva o consenso propõe pela sua estrutura o espaço da partilha dos mesmos códigos, com a pena de exclusão daqueles que não tiverem condições de incorporar todas as regras necessárias ao sentido proposto. A transformação permitida e necessária é a dos corpos perante o código instituído, ou seja, o código propõe um estatuto por sua repetição, sua redundância, e deve ser aceito como uma ordem. O código não deve ser questionado, assim como a criança não questiona sua professora que ordena coordenadas semióticas ao ensinar uma regra de gramática ou cálculo. E se “a unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem” (Deleuze e Guattari, 2011b, p. 12), há relação entre a instituição enunciativa e o código cultural. Mais: se “a instantaneidade da palavra de ordem, sua imediatidade, lhe confere uma potência de variação em relação aos corpos aos quais se atribui a transformação” (Deleuze e Guattari, 2011b, p. 23), é porque ela acopla um determinado código cultural aos corpos em que toca e, por isso, os transforma. Nesse sentido, já o tradicional paradigma consensual da comunicação é ingênuo, já que também ele provoca diferença. E talvez mais do que ingênuo, é um paradigma que coloca as lógicas linguísticas acima das semióticas assignificantes e da potência expressiva dos corpos. Vimos que a lógica da comunicação de consenso é que os corpos mudem de sentido para estarem dentro das regras do código. No entanto, temos visto ao longo da discussão apresentada que os corpos, tecnologias, técnicas também atuam na produção de sentido por formarem as relações que mantêm o código em funcionamento. Queremos dizer com isso que se levarmos em conta o agenciamento expressivo dado pela relação de corpos, cai por terra a primazia da estrutura linguística sobre as posições dos corpos e, com isso, a concepção de uma comunicação que visa o consenso expressivo sem se preocupar com a validação dos corpos em seu movimento imanente.

Em uma situação pragmática, vemos que a restrição de comunhão de sentido estabelecida pela materia-

lização dos nichos de interesse em bolhas algorítmicas na *Internet*³ pode ser também uma das responsáveis pela onda de intolerância que presenciamos em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Se a circulação de conteúdos libertários e mesmo anárquicos foi concebida como característica da *Internet* em determinado momento, hoje já podemos ver a retorialização de diversos movimentos conservadores e reacionários no país sendo organizados majoritariamente pela *Internet*. É claro que os fatores para tal acontecimento são muitos e de níveis e ordens distintas, mas é provável que também a estrutura contemporânea da *Internet* e suas bolhas algorítmicas estejam fortificando os movimentos que tendem a conservar o *status quo* em suas arestas mais perversas. Isso pode ser explicado pelo fato de que quando estamos dentro de territórios de códigos específicos, passamos a traduzir o mundo a partir dos códigos que partilhemos e que mantêm o consenso dentro de nossas bolhas. Mas isso provoca a impossibilidade de encontro de pontos em comum em questões que atingem o território geográfico de um país como um todo, já que a territorialização de códigos culturais não se estabelece mais necessariamente pela geografia, mas pelas relações de proximidade e afastamento em torno de interesses personalizados. Sendo assim, qualquer conteúdo na *web* pode adquirir sentidos extremamente variados de acordo com a sobre-codificação agenciada por sua bolha algorítmica.

Já uma comunicação que é consciente de seu inerente fator de transformação pode propor a criação de espaços através da quebra do código cultural doente de modelizações excludentes. Nessa proposta, o fora do sentido deixaria então de ser fator de exclusão para se tornar fator de encontro. Isso seria da ordem de uma comunicação que se proponha reiniciar o processo de construção de um código cultural específico. É claro que entre essa proposta e a citada acima a diferença de flexibilidade do código é de grau e intensidade, mas os caminhos são muito diferentes. Se lá o espaço é onde o código se manifesta sobre os corpos; aqui a produção de um espaço é a abertura de possibilidades de encontro de corpos heterogêneos que passam a agir uns sobre os outros afetando-se mutuamente. Nessa proposta, a di-

menção ética da comunicação é pensada como produção de diferença anti-fascista: ao invés da conservação, um movimento constante em busca de maior razoabilidade para os fluxos imanentes do mundo.

Ao nosso ver, essas duas modalidades constituem o mesmo tipo de processo de formação de espaços de relações e significações que se conjugam com corpos. Podemos caracterizá-las como agenciamentos, que “operam em zonas de descodificação dos meios” (Deleuze e Guattari, 2012b, p. 232). Há um processo de transformação que torna mais específico o meio, devindo dele territórios de significação, nos quais sua expressão devém um sistema semiótico próprio; e seu conteúdo, um sistema pragmático de movimentos possíveis.

O movimento do agenciamento subdivide-se em duas categorias. O “*agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos” (Deleuze e Guattari, 2011b, p. 31) e o “*agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros” (Deleuze e Guattari, 2011b, p. 31). Com isso, evidencia-se que os fluxos de diferenciação estrutural se dão concomitantemente. Ora se diferenciam a partir dos significantes ora a partir dos significados de um dado território significacional.

A prática comunicacional, pois, se estrutura a partir de seu movimento gerador de códigos e não o oposto. O paradoxo está em nunca conseguirmos achar a origem ou a lei geral codificada de todas as estruturas. Onde há início, há fim ou transformação de um processo significacional oriundo de um dado território. Entretanto, podemos propor que a característica que resiste em um sistema seja justamente a diferenciação constante de suas estruturas. Assim, abordaremos a seguir com maior especificidade alguns modos de variação estrutural dos códigos.

Códigos maquínicos pós-humanos e o fluxo do não-sentido

Como apontamos já no subcapítulo anterior, a problemática dos códigos está no cerne da constituição

³ A inserção de novos gerenciadores de bancos de dados na *Internet*, que se deveu ao grande volume de dados gerados nos sites de redes sociais, é um dos motivos da proliferação de microambientes comunicativos na internet. Esses ambientes têm sido denominados de bolhas algorítmicas, as quais são produzidas pelo agenciamento entre as interações dos usuários na *Internet* e a organização dos rastros deixados por esses movimentos. O resultado disso é uma regularidade de visibilidade de conteúdos e formas nos sites de redes sociais personalizada a cada usuário.

e da transformação territorial, ou seja, “assim como a territorialidade do agenciamento tinha origem numa certa descodificação dos meios, também se prolonga necessariamente nestas linhas de desterritorialização” (Deleuze e Guattari, 2012b, p. 234). É a permuta constante de códigos culturais que fazem dos territórios também máquinas. Território existencial como espaço transitório em constante mutação, envelhecimento e rejuvenescimento, diferenciação e conservação, conexão e afastamento. Já não basta descrever o território como um espaço fechado, precisamos constituir a visibilidade de que é um espaço de fechamento e abertura constante. Para dar a ver isso, trabalharemos a partir de dois eixos: (i) os modos de segmentação de campos semânticos e (ii) a possibilidade de uma semiótica lisa que aponte seus signos em todas as direções através da invenção sgnica como instituição de código constantemente mutável.

Segmentação de campos semânticos

As unidades culturais ocupam um lugar bem estabelecido em um código e é daí que seu significado advém. Cada unidade “deve ser definida como *posta* num sistema de outras unidades culturais que se lhe opõem ou a circunscrevem. Uma unidade cultural “existe” tão-somente enquanto é definida numa outra que se lhe opõe” (Eco, 2014, p. 62, grifo do autor). É a diferença em relação a outras unidades que confere seu significado. Mas esse jogo de oposição e circunscrição não se dá em todo infinito, mas a partir de organizações territoriais das unidades, é o recorte do contínuo do mundo que as segmenta nos códigos culturais. Quando tomamos conhecimento das unidades, elas já chegam até nós através de sua segmentariedade organizada nos códigos culturais.

Se pensarmos nas cores e em suas nomenclaturas ao redor do mundo, vamos perceber que elas são segmentadas de formas diferentes a partir de exigências locais. Em regiões geladas, é possível que o branco se segmente em diversas unidades para que se diferenciem umas das outras. Da mesma forma,

uma população que vivesse num deserto de areia avermelhada, habitado por animais de pelo fulvo e onde crescessem apenas variedades de flores

vermelhas, ver-se-ia obrigada a segmentar com extrema fineza aquela porção de contínuo a que chamamos | vermelho |” (Eco, 2014, p. 67).

Isso dá a ver que a segmentariedade é arbitrária tendo em vista as condições estruturais. É a segmentariedade que possibilita a discernibilidade entre uma coisa e outra em um código cultural. Além disso, as segmentariedades constituem também o código. Logo, a produção de novas segmentariedades seria da ordem de uma mutação de código da ordem da autonomização ou especialização.

Semiótica lisa e invenção sgnica

Em nossa definição de território, pensamos ele como um espaço de significação que tem códigos específicos, no qual há a justaposição de diferentes territórios. Nesse sentido, percebemos que só há deslocamento territorial se existir um território ao qual se dirigir. O movimento produtor de diferença nos corpos só pode ocorrer então pela produção de novos territórios. Não queremos dizer com isso que só existam possibilidades bem definidas às quais se pode ocupar com a condição de se aceitar todas suas práticas e hábitos. Diferente disso, quando um corpo está dentro de um território, tanto o corpo se modifica quanto o território.

Para tornar mais claro, pensemos o código como uma magnetização mutável que ordena “um sistema de atrações e repulsões” (Eco, 2014, p. 113) entre unidades culturais. Essa magnetização reduziria ou aumentaria as possibilidades de inter-relação. O código produz uma espécie de campo de atração em cada unidade cultural, que atrai ou repele outras unidades culturais, orientando o sentido de qualquer mensagem.

O encontro de diversos códigos é da ordem da geração de projeções, ou seja, “pontos no espaço da ocorrência expressiva que correspondem a pontos selecionados no espaço de um modelo semântico topossensitivo” (Eco, 2014, p. 218). O modelo topossensitivo é constituído de configurações que podem ser tanto espaciais quanto vetoriais. O encontro de códigos é justamente da ordem da constituição vetorial, alisando as relações entre signos.

A partir da perspectiva pós-estruturalista, observamos o encontro de códigos através da interface maquínica (Deleuze e Guattari, 2012a). Ela é sobretudo de ordem

⁴ Nos referimos aqui ao atrator topológico, por ter em seu interior uma parcela auto-organizante do sistema em termos fractais, assim como Prigogine (1996) define os atratores.

estética porque exige a invenção, “trata-se de definir um modo de produção em que uma coisa é transformada em alguma outra coisa que ainda não foi definida” (Eco, 2014, p. 212). É a sua indefinição que a torna um atrator⁴, um conversor de agenciamento. Isso decorre do fato de que a obra estética necessita de uma ação ativa daquele que a experimenta. Sendo essa participação da ordem do desvendamento do código presente na obra produzido pelo artista e que não condiz com nenhum outro código do mundo em sua totalidade. Isso é relacionado com tipos de obras que mantêm um sistema de tradução esquematizado; ou mesmo da criação do código e do significado da obra sem delimitações. A obra impressionista é dessa ordem, pois “só depois de haver realizado a expressão física é que também a percepção assume uma forma, e do modelo perceptivo se pode passar à representação semêmica” (Eco, 2014, p. 215).

Nesse sentido, a interface maquínica age esteticamente também devido à produção de ambiguidades. “A ambiguidade é definível como violação das regras do código” (Eco, 2014, p. 233). Ler um texto estético é inferir regras a casos isolados, fazer deduções a partir do que foi verificado, pôr à prova novos códigos através de hipóteses interpretativas.

É então um conjunto de signos ou um signo ambivalente a vários outros que caracteriza a interface maquínica, a qual se manifesta a partir de regimes semióticos específicos que compõem o que Deleuze e Guattari (2011a) chamaram de semiótica assignificante. Para tornar claras as nossas ideias, cabe distinguir especificidades dessa semiótica, que se desdobra em semiótica pré-significante, semiótica contra-significante e semiótica pós-significante.

A semiótica pré-significante (Deleuze e Guattari, 2011b, p. 71) é considerada primitiva por operar codificações sem signos, ou melhor, em torno de “formas de corporeidade, de gestualidade, de ritmo, de dança, de rito” (Deleuze e Guattari, 2011b, p. 71-72). Ela se distancia do perigo da tomada de poder do significante através da plurivocidade de formas expressivas próprias do conteúdo. É a semiótica de combate à circularidade significante, a semiótica não remissiva ao signo, a semiótica que produz o confronto de territorialidades e segmentos. Combate assim “a abstração universalizante, a ereção do significante, a uniformização formal e substancial da enunciação, a circularidade de enunciados” (Deleuze e Guattari, 2012a, p. 72). É, portanto a semiótica antropofágica que come os mortos e os impede de serem dominados pelo Estado e pelos poderes universalizantes.

As semióticas contra-significantes (Deleuze e Guattari, 2011b) são caracterizadas pela produção de signos numéricos que instituem, eles mesmos, funções e relações. O enunciado numérico é o que estabelece as possibilidades de relação devido às suas regras de organização matemática. O segredo e a espionagem são elementos característicos dessa semiótica dos números, já que o significado dos números só pode ser descoberto tendo em vista um código que os torne significantes. É por isso que ela é originalmente utilizada por máquinas de guerra nômades que se voltam contra o aparelho de Estado. No entanto, semióticas contra-significantes também podem ser retomadas pelos exércitos do Estado e sua utilização segue uma lógica muito semelhante à descrita.

Já o regime pós-significante (Deleuze e Guattari, 2011b) é aquele que se opõe à significância a partir de novos caracteres e, a partir deles, segue uma linha reta que remete quase que exclusivamente ao ponto em que eles emergiram. É a semiótica da paixão, autoritária por negar a imanência das redes de signos e remeter-se ao ponto de sua criação, sendo assim considerado um regime relacionado com um processo de modelização extremamente violento.

Tendo essas semióticas em vista, a provocação de interfaces maquínicas remete a processos de desterritorialização signíca para além dos códigos culturais devido a agenciamentos entre significados e significantes, claro, mas também a formas e ritmos, a tecnologias numerantes e a proposições de novos caracteres. De forma geral, a invenção signíca que produz diferença nos códigos culturais é agenciada por diferentes semióticas provocando um processo duplo de desterritorialização que opera a partir de um componente desterritorializante e de um desterritorializado, algo que se mantém (que garante a existência da interface maquínica) e algo que se diferencia constantemente. Isso implica “a coexistência de uma variável maior e de uma variável menor, que estão ao mesmo tempo em devir” (Deleuze e Guattari, 2012a, p. 115).

Considerações

O desenvolvimento da perspectiva exposta, transversal à história semiótica em seus diferentes momentos, evidencia que, desde sua constituição estruturalista produtora de modelos, o movimento de transformação das linguagens e seus códigos já estava incluso. Mas é no pós-estruturalismo que esse movimento de diferenciação é colocado em maior evidência. Coube, então, fazermos uma verticalização dos modos de transformação dos

códigos para encontrarmos a condição pós-humana das codificações.

Se a diferença entre língua e fala pelas semióticas estruturalistas mais progressistas colocou o ser humano como agente produtor das lógicas linguísticas, o que buscamos evidenciar ao longo do breve texto foram os componentes não-humanos que também agenciam os rumos das linguagens e determinam os significados e os significantes, a posição dos corpos e sua modelização. Isso quer dizer que as semióticas assnificantes compõem tanto os sentidos de uma cultura quanto os próprios limites das linguagens. Para provar isso, evidenciamos as influências das tecnologias e máquinas sociais na transformação dos códigos culturais.

Ao evidenciarmos que também as codificações possuam condições não-humanas, queremos mostrar a artificialidade da cultura e dos hábitos mais enrijecidos. Os modelos segmentários são a resposta aos fluxos que já estão em curso na sociedade. Visibilizarmos a condição pós-humana dos códigos é um ato político no sentido de mostramos a brutalidade do conservadorismo cultural radical, que não tem condição de se manter a não ser através de uma máquina de destruição. Isso porque o sistema regulatório dos sentidos e da comunicação tem em sua mais profunda estrutura invisível a inevitabilidade de sua diferenciação.

Referências

DELEUZE, G; GUATTARI, F. 2011a. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1*. São Paulo, Editora 34, 128 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. 2011b. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 2*. São Paulo, Editora 34, 128 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. 2012a. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4*. São Paulo, Editora 34, 200 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. 2012b. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5*. São Paulo, Editora 34, 264 p.

ECO, U. 2007. *A estrutura ausente – Introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo, Perspectiva, 457 p.

ECO, U. 2014. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 282 p.

FLUSSER, V. 2009. *Filosofia da caixa preta – ensaios para uma future filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro, Sinergia Relume Dumará, 82 p.

FLUSSER, V. 2013. *O mundo codificado - por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo, Cosac Naify, 224 p.

FLUSSER, V. 2008. *O universo das imagens técnicas – elogio da superficialidade*. São Paulo, Annablume, 150 p.

HARAWAY, D. 2009. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: T. TADEU, *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, p. 33-119.

MACHADO, I. 2009. Ecologia das extensões culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, **16**(39):19-27.

MCLUHAN, M. 2007. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, Cultrix, 407 p.

PRIGOGINE, I. 1996. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 199 p.

Submetido: 10/09/2017

Aceito: 01/05/2018